

Conclusões e Recomendações Gerais da Mesa Redonda¹

D) Desenvolvimento Institucional e Cooperação

Nos últimos anos, tiveram lugar uma série de iniciativas pan-africanas consideradas promissoras, com o objectivo de dar resposta aos problemas económicos e políticos do continente (União Africana, NEPAD, Conselho de Paz e Segurança, mecanismo de “revisão pelos pares”, etc)

Quais as acções prioritárias realistas a tomar no sentido de apoiar este processo de governação política, de integração regional e continental e de integração de África na economia mundial?

Qual a melhor forma de a comunidade internacional, incluindo a União Europeia, apoiar o processo de mudança em África? Quais os passos necessários para contribuir de forma efectiva para a redução da pobreza, cancelamento da dívida e integração gradual de África na economia mundial?

O debate da mesa redonda resultou na proposta das seguintes prioridades de acção:

O reforço de capacidades na política de desenvolvimento

- É importante assegurar que as instituições africanas possuem as capacidades necessárias para estabelecer e para negociar a agenda da política de desenvolvimento. Foi feita referência à assimetria entre capacidades africanas e europeias e às preparações para o diálogo, realizadas pelos países e instituições ocidentais. Salientou-se a necessidade de África possuir igualmente algum tipo de organismo que poderia desempenhar um papel na preparação da agenda de desenvolvimento segundo uma perspectiva africana, similar ao tipo de fórum existente no Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE.

O reforço de capacidades no comércio

- Existe a necessidade de um mecanismo de desenvolvimento de capacidades próprias adequadas relativamente às questões comerciais, o qual poderia ser integrado nas iniciativas da NEPAD e da UA. É essencial que África esteja melhor equipada e preparada para desempenhar o seu papel nas negociações comerciais e na integração na economia mundial. Mais do que o debate sobre a ajuda ao desenvolvimento, o comércio constituirá no futuro o principal campo de batalha das negociações. Foi mencionado que a Comissão da UA possui já actualmente uma direcção geral sobre comércio, que terá como objectivo, entre outras tarefas, assegurar uma melhor coordenação e coerência entre as várias sub-regiões no que respeita às negociações em curso com a UE.

¹ Estas conclusões foram apresentadas por Geert Laport na sessão de encerramento da conferência.

O apoio da UE a iniciativas endógenas da África sobre questões de governação

- A UE deveria expressar um compromisso de longo-prazo na área da governação política, o que significa não operar de forma reactiva, ad-hoc, nem dominar ou impor a agenda. Foi mencionado que a União Africana e as iniciativas tomadas nesse quadro pertencem aos próprios africanos e que todas as respostas da UE deverão ter em conta o quadro já existente ao nível continental. Por exemplo, o mecanismo de “revisão pelos pares” (*African Peer Review Mechanism*) oferece actualmente uma oportunidade de diálogo construtivo no sentido de promover e melhorar a boa governação em África pelos próprios africanos. A Europa poderia realizar contribuições importantes no apoio a estes mecanismos, evitando simultaneamente desempenhar um papel de domínio no seio dessas iniciativas.

O apoio da UE às iniciativas africanas no campo da paz e da segurança

- A União Europeia pode ser um interveniente privilegiado no que respeita ao apoio operacional directo para a criação do Conselho de Paz e Segurança da UA, nomeadamente colocando ao dispor das iniciativas emergentes em África toda a sua longa experiência em sistemas de alerta precoce (“early warning”) e no contexto da NATO.

II) Governação e Direitos Humanos

Existe reconhecidamente um compromisso crescente de África no sentido da boa governação, democratização, respeito pelo Estado de Direito e pelos Direitos Humanos ao nível nacional, regional e continental.

Quais as medidas prioritárias a tomar no sentido de fortalecer as instituições africanas e apoiar processos em curso na área da governação e dos direitos humanos? De que forma pode a sociedade civil desempenhar um papel construtivo nestes processos?

De que forma pode a UE aumentar o seu apoio às instituições estatais (administração, instituições judiciais, polícia, parlamentos...) e aos actores não-estatais (órgãos de informação independentes, actores sócio-económicos, sociedade civil em sentido amplo, etc.), por forma a contribuir de forma mais eficaz para os esforços africanos na área da governação? Como poderá a UE apostar e envolver-se num diálogo político construtivo com África relativamente a estas questões, respeitando a propriedade africana do processo?

Foram recomendados os seguintes pontos de acção:

Fornecer apoio aos parlamentos e instituições judiciais

- Uma das prioridades-chave mencionada no debate foi a necessidade de fornecer apoio aos parlamentos africanos e ao sistema judicial, enquanto poderes de equilíbrio entre os Governos e a sociedade. Várias iniciativas são urgentes nesta fase. É surpreendente verificar que o Acordo de Cotonou coloca maior ênfase na sociedade civil não-eleita do

que nos órgãos parlamentares eleitos, que constituem um dos maiores garantes da consolidação dos processos democráticos. Com efeito, os parlamentos tendem a ser negligenciados nos debates sobre governação e direitos humanos. É necessário salientar, porém, o número crescente de iniciativas que tentam preencher este vazio, tais como acções de apoio prestadas pelo Parlamento Europeu, da Comissão Europeia, do Programadas Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD), o fórum parlamentar da Commonwealth, etc.

Melhorar os sistemas eleitorais em África

- Deve ser dada atenção prioritária ao melhoramento dos sistemas eleitorais, nomeadamente através do apoio a comissões eleitorais independentes e de uma maior participação de observadores eleitorais africanos. Foi considerado inaceitável que em diversos processos eleitorais africanos, a UE enviasse um vasto número de observadores europeus, enquanto a União Africana se debate com falta de meios para poder simplesmente ter presentes nos actos eleitorais observadores de países africanos.

O papel crucial dos órgãos de informação

- Existe um consenso generalizado quanto à necessidade de a sociedade civil, em toda a sua diversidade, desempenhar um papel de importância crescente nas sociedades africanas. As organizações de direitos humanos e as associações cívicas independentes deveriam poder beneficiar de liberdade de actuação em todos os países. Foi feita menção especial à necessidade de os órgãos de informação independentes receberem maiores apoios, uma vez que são encarados como um sector influente na sociedade, cujas actividades podem contribuir para uma maior transparência e controlo.

Melhorar os mecanismos de controlo das companhias transnacionais

- O papel das companhias transnacionais com sede na Europa e no Ocidente em geral deverá ser analisado em profundidade, uma vez que estas têm larga influência na tomada de decisões políticas em muitos países africanos.

III) Resolução de Conflitos e Promoção da Paz

As instituições e capacidades africanas – ao nível continental, regional, nacional e local – necessitam de ser reforçadas, por forma a responderem mais eficazmente às causas estruturais das crises, a prevenirem o despoletar da violência, a gerirem e a contribuírem para a resolução de conflitos políticos e sociais.

Como apoiar e consolidar os progressos dos últimos anos, particularmente em termos de boa governação, iniciativas de mediação regional e operações de manutenção da paz? Quais as lições a retirar destas iniciativas africanas?

Quais os papeis que a Europa pode desempenhar no apoio a estes esforços, principalmente em termos de criação e reforço de instituições aos nível continental, regional e local?

O Conselho de Paz e Segurança, recentemente criado, representa um grande passo em frente na criação de capacidades africanas. O processo pertence aos africanos, mas exige também um forte apoio internacional e, nesse contexto, surgiram várias sugestões:

Clarificar os processos de mediação nos conflitos africanos

Os esforços de mediação europeus e africanos que até agora têm sido levados a cabo em situações de conflito necessitam de ser debatidos e melhorados. Os intervenientes na mesa redonda mostraram-se consideravelmente críticos no que respeita ao facto de as iniciativas de mediação terem funcionado de forma deficiente e disfuncional em várias partes de África, nomeadamente na região dos Grandes Lagos. Estes falhanços foram devidos essencialmente a: falta de clarificação sobre o que é necessário num processo de mediação, falhas de informação e de consultas entre os actores envolvidos, rivalidade entre enviados especiais (cada um com a sua perspectiva própria), competição entre países africanos pela apropriação dos processos de mediação, etc. No futuro, é imprescindível que os parâmetros e regras de procedimento dos processos de mediação sejam claramente definidos. Entre os elementos que merecem uma maior atenção, podem contar-se:

-- o perfil e mandato do mediador, uma vez que a competência dos mediadores é encarada como um dos maiores problemas na maior parte dos processos de negociação.

-- a criação e reforço das capacidades de mediação, incluindo técnicas e conhecimentos específicos relativos a estes processos (p.ex. definindo um mediador principal, acompanhado de equipas competentes de mediadores com conhecimentos técnicos sólidos)

-- maior coerência entre os diversos instrumentos da União Europeia, para prevenção, gestão e resolução de conflitos

Adoptar uma perspectiva de longo-prazo

A este respeito, foi referido que a criação de um conflito violento pode levar dois anos, enquanto a reconstrução e resolução duradoura do conflito demora usualmente o dobro desse tempo. É importante que não sejam impostas soluções e modelos de curto-prazo, mas sim que exista uma intervenção de longo-prazo no processo de mediação e de resolução do conflito.

Desenvolver a capacidade da União Africana para realizar acções efectivas de mediação e de gestão de conflitos

A Comissão da UA demonstra grande vontade política para investir nesta área, mas não se encontra ainda devidamente equipada para o fazer. Nesse sentido, torna-se necessário desenvolver uma reflexão urgente sobre como fornecer essa capacidade, quais os tipos de formação que devem ser prestados, que tipo de operação conjunta pode ser levada a cabo com os parceiros europeus, e ainda quais os acordos de financiamento necessários para permitir que a UA possa executar as tarefas de mediação e de gestão de conflitos, de forma efectiva e sustentável.

Foram igualmente debatidas uma série de questões gerais e transversais aos três temas, tendo surgido diversas recomendações:

Integrar as questões da governação nos sistemas educativos africanos

Foi considerado fundamental que o sistema educativo dos países africanos reserve um lugar para a integração de questões da paz e dos direitos humanos. Simultaneamente fez-se um apelo à promoção da cooperação entre universidades europeias e africanas, em particular para tratar de temas de longo-prazo, relativos à governação e ao desenvolvimento.

Renovar o diálogo cultural entre os dois continentes

Tanto África como a Europa precisam de reflectir sobre o tipo de relacionamento que pretendem desenvolver no futuro. Será um tipo de relação com benefícios para ambas as partes e baseada no respeito mútuo, ou continuará ainda a ser afectada por princípios subjacentes à colonização e ao neo-colonialismo? Serão os valores defendidos pelo UE – tais como a governação, os direitos humanos e a democracia – “valores universais” partilhados por todos os europeus e africanos, ou existem percepções variadas relativamente a estes temas? Finalmente, é também necessário encetar um diálogo relativo às diferentes formas de “ownership”, isto é de participação e apropriação dos processos, das decisões, dos resultados. Existe uma falta de clarificação óbvia deste conceito.